


## **A exceção como regra: irregularidade, segregação e violência na cidade planejada**

Olivia de Campos Maia Pereira  
Mariela Cristina Ayres de Oliveira  
Andressa Caroline Silva Leitão Gomes  
Fernanda de Alencar Fernandes  
Leticia Dias Hiar  
Percyo Lima de Almeida

Olivia de Campos Maia Pereira et al. A exceção como regra: irregularidade, segregação e violência na cidade planejada. *Revista Brasileira de Direito Urbanística* | RBDU 10, Edição Especial, jun. 2020. “Desurbanizando ou Ruralizando”? Desafios para uma cidade eficiente. [X Congresso Brasileiro de Direito Urbanístico | 22-24 out. 2019]. Palmas-TO: IBDU, 2020.

 <https://doi.org/10.55663/RBDU.especial2020.pereira>

**X CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO URBANÍSTICO**  
**GT 01 – RECONHECIMENTO, DIMENSÕES E IMPLEMENTAÇÃO DO DIREITO À CIDADE**

**A EXCEÇÃO COMO REGRA: IRREGULARIDADE, SEGREGAÇÃO E VIOLÊNCIA NA CIDADE PLANEJADA**

Olivia de Campos Maia Pereira<sup>1</sup>

Mariela Cristina Ayres de Oliveira<sup>2</sup>

Andressa Caroline Silva Leitão Gomes<sup>3</sup>

Fernanda de Alencar Fernandes,<sup>4</sup>

Letícia Dias Hiar<sup>5</sup>

Percyo Lima de Almeida <sup>6</sup>

**Resumo**

Este artigo apresenta dados inéditos sobre o crescimento das áreas irregulares na cidade de Palmas/TO, denunciando, por um lado, o descaso do poder público e ao mesmo tempo, seu papel enquanto agente indutor dessa própria irregularidade. Serão demonstradas as trajetórias de exclusão na cidade, desde a sua gênese e a atuação do Estado e o papel da legislação, até seus mais recentes processos de migração interna. A desigualdade sócio-espacial em Palmas-TO pode ser compreendida por meio de uma análise qualitativa e quantitativa, alcançada através de atividades e levantamentos de campo, procedimentos de análise e elaboração de planos e programas; análise de documentos, legislação correlata e revisão bibliográfica. Assim, apresentaremos dados preliminares a respeito de cinco núcleos urbanos informais em Palmas, acerca dos quais havia pouca ou nenhuma informação. Estes núcleos são acompanhados pela equipe de pesquisa desde 2014, contando com vasto material de coleta, desde confrontações acerca de sua formação, com sistematização de notícias veiculadas pela mídia e relatos de histórias orais coletados junto aos moradores, até levantamentos físico-territoriais e sócio-econômicos. Desta maneira buscou-se captar a dimensão espacial e as variações dos diferentes assentamentos enfatizando as formas estruturantes da segregação sócio-espacial, na busca não apenas de subsídios para o planejamento de políticas públicas no que tange a habitação e o urbanismo enquanto direito à cidade, mas como processos de politização e participação da própria população, capacitando-a por meio das diversas oficinas realizadas durante todo esse processo junto à essas comunidades.

---

<sup>1</sup> Professora Adjunta DE, Universidade Federal de Tocantins (UFT), [oliviamaia@uft.edu.br](mailto:oliviamaia@uft.edu.br).

<sup>2</sup> Professora Associada DE, UFT, [mariela@uft.edu.br](mailto:mariela@uft.edu.br).

<sup>3</sup> Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo, UFT, [andressacsig@hotmail.com](mailto:andressacsig@hotmail.com).

<sup>4</sup> Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo, UFT, [nandalencar13@hotmail.com](mailto:nandalencar13@hotmail.com).

<sup>5</sup> Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo, UFT, [leticidadsh@gmail.com](mailto:leticidadsh@gmail.com).

<sup>6</sup> Discente do curso de Engenharia Civil, UFT, [percyo@uft.edu.br](mailto:percyo@uft.edu.br).

## 1 REVISÃO

### 1.1 A cidade que já nasce irregular. Dinâmicas de cidade tradicional na cidade planejada

A implantação da capital do "Estado da livre iniciativa e justiça social"<sup>7</sup>, mesmo já tendo sido concebido com área "generosa", aproximadamente 100,8km<sup>2</sup> de perímetro urbano – com previsão para comportar até 1,2 milhões de pessoas (GRUPO QUATRO, 1988) – o Plano Urbanístico Original de Palmas sofreu alterações substanciais, em relação à sua expansão logo em seus primeiros anos de implantação (CARVALHO E SILVA, 2011). A primeira delas ocorreu em 1992, apenas três anos após sua inauguração, acrescentando mais 117,4km<sup>2</sup> de área ao sul da cidade, ou seja, mais que dobrando a área do Plano (BAZOLLI, 2011).

Palmas traz em seu "DNA" uma repulsa à mistura de classes sociais, fato que tem se perpetuado por toda sua história. O início de sua ocupação se deu pela venda de lotes a particulares, leilões de áreas públicas e doações. Esses processos eram realizados pelo governo estadual, com titulação provisória baseada no princípio da retrovenda, além das licenças de operação. Conforme MORAES (2003), a retrovenda estabelecia o prazo de três anos para o beneficiário parcelar ou construir na área, ou haveria a retomada do bem pelo Estado. Porém, essas terras não foram retomadas, ainda que sua função social nunca tenha se cumprido (sequer o parcelamento na maior parte dos casos). Muitas dessas glebas são urbanas e ainda estão nas mãos de empreiteiras, que receberam terras como forma de pagamento para a realização de obras iniciais de infraestrutura na cidade, e até bem pouco tempo pagavam Imposto Territorial Rural (ITR)<sup>8</sup>. Os efeitos da manutenção dos vazios dessas áreas e da seletividade da ocupação das mesmas na cidade são sentidos em diversas frentes, por meio de problemas ambientais, sociais, econômicos, jurídicos e simbólicos<sup>9</sup>.

---

<sup>7</sup> "Estado da livre Iniciativa e Justiça Social" é um dos primeiros slogans do Estado do Tocantins, criado pelo então governador e responsável pelo processo de emancipação do norte de Goiás, Siqueira Campos. No contexto da década de 1990, este slogan traz o símbolo do pensamento neoliberal: "livre iniciativa", que alude à redução do papel do Estado para crescimento da iniciativa privada como grande controlador do mercado. Mais do que isso, apresenta um paradoxo, ao aliar "livre iniciativa" com "justiça social", que pode ser facilmente identificado no próprio governo Siqueira Campos (1995-2002), quando este, por exemplo, privatizou as empresas públicas (energia, água, e esgoto), tratou manifestantes e movimentos sociais de forma policialesca, precarizou e atacou direitos de servidores etc.

<sup>8</sup> Muito mais barato que o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), o que possibilitou e até mesmo fomentou processos de especulação imobiliária.

<sup>9</sup> Palmas apresenta alto índice de área verde por habitante, mas o acesso e a qualidade dessa relação não é alcançada de maneira satisfatória, dada, entre outras, à baixa densidade populacional versus imensa área urbanizada (contabilize-se aqui desperdícios e impactos das redes de energia elétrica, água, drenagem, pavimentação etc.). Como problema ambiental pode ser destacada também a baixa cobertura da rede de esgoto (52% das moradias têm ligação com o sistema) e drenagem, que impactam diretamente em questões graves de saúde pública. Além da ocupação progressiva de áreas de preservação ambiental, seja pela população de baixa renda, seja por condomínios de luxo. Do ponto de vista social, podem ser destacados principalmente problemas de violência urbana e segregação sócio-espacial, tais como bairros dormitórios, deslocamentos pendulares em busca de trabalho e serviços básicos por causa de uma infraestrutura que se esgarça no sentido centro-periferia, além de uma massiva concentração da pobreza. Como problemas econômicos devem ser mencionados os altos custos com infraestrutura urbana por habitante. Do ponto de vista jurídico, os problemas vão desde a insegurança em relação à posse da terra por parte importante da população mais pobre até incansáveis negociações entre as esferas municipais e estaduais sobre a ocupação de áreas públicas, seja para interesse social, seja para realização de alterações na legislação para favorecer interesses privados especulativos. Como problemas simbólicos, ressaltamos aqueles advindos da segregação sócio-espacial como estrutura fundante e funcional do desenvolvimento urbano de Palmas, a

Embora a aparência de Palmas possa fazer alusão a um ideal modernista e apresentar, enquanto discurso, preocupações com a vida pública, a cidade apresenta elementos do empreendedorismo urbano desde a sua fundação, quando adota medidas que priorizam o investidor e o visitante em detrimento do morador.

O que significa dizer que, se a cidade já apresentava um deslocamento entre o que seria sua identidade – por meio da imposição de um desenho e de formas de sociabilidade –, sofre agora ações que procuram padronizar ainda mais seu esvaziado espaço urbano. Espaço este, que segue pautado por seus financiadores (desde construtoras, governantes e empresários até bancos) e se distancia cada vez mais do que poderia querer ou atender ao morador local.

Toda essa aparente desordem em relação ao planejamento inicial de Palmas atesta sim uma ordem, qual seja, a do Estado como especulador imobiliário e regulador do estoque de terras. Pois, além de ser responsável pelas escolhas dos locais de implantação de infraestruturas, serviços e novos acessos na cidade, o Estado foi o principal responsável pela produção e manutenção dos vazios urbanos. No momento em que este transferiu terras a empreiteiras – muitas delas mantidas desocupadas até hoje –, reteve de maneira especulativa parte destas áreas em localizações estratégicas do Plano, atendendo a interesses políticos e econômicos.

A municipalidade, que nunca foi a grande detentora de terras em Palmas, reproduziu a lógica de distribuição do espaço urbano de forma semelhante ao estado, por meio da escolha/chancela da localização de loteamentos, condomínios, equipamentos públicos e/ou coletivos e até mesmo, o ápice da reprodução do pensamento imobiliário e gerencial urbano, ocorrido em 2012, escolher – sem critério e legalidade claras - áreas públicas municipais para cessões, doações e vendas<sup>10</sup>.

A localização aparentemente desconectada desses loteamentos, equipamentos, doações, vazios e frentes de expansão produzidos pelo poder público, em associação aos interesses privados, resultaram numa lógica vivida como natural, de especulação imobiliária, seletividade de regulamentação, fiscalização e segregação sócio-espacial latente.

Apesar das inegáveis informações visualizadas por mapas e dados relacionados às baixas ocupações, fragmentação e espraiamento do tecido urbano e concentração da pobreza<sup>11</sup>,

---

partir do qual estruturam-se relações de subalternidade, favorecimento, patrimonialismo e coronelismo. Sem falar na distinção da nomeação das áreas daqueles que moram no Plano Original e dos que moram “fora”, os primeiros moram em “quadras”, ex. Quadra 605 Sul, os outros moram em “setores”, ex. Setor Santa Bárbara.

<sup>10</sup> Houve necessidade de atuação do Ministério Público, tendo em vista que desde 2005 foram concedidas aproximadamente 100 áreas públicas municipais, além de tramitarem outros diversos processos administrativos de concessão do direito real de uso, pleiteados por instituições religiosas, por exemplo. Ver mais em: <http://conexaoto.com.br/2013/06/19/mpe-instaura-inquerito-para-apurar-concessao-de-areas-publicas-destinadas-a-entidades-em-palmas> e também: <https://mpto.mp.br/web/portal/2012/10/08/mpe-quer-que-prefeito-de-palmas-suspenda-decretos-que-doaram-terreno-a-igreja>. Acessados em 17/06/2017.

<sup>11</sup> Um dos últimos trabalhos realizados no município que sistematizou, espacializou e discutiu mais de 100 indicadores sobre a cidade foi o caderno Plano de Palmas Sustentável que apresenta um Plano de Ação,

Palmas segue reproduzindo a mesma lógica imobiliária que a fundou. Prova disso são os inúmeros embates em relação à expansão do perímetro urbano ao longo de sua breve história. São fatos que flagram a pressão do setor imobiliário em aliança com as elites locais em relações de promiscuidade com as gestões públicas, tanto municipais quanto estaduais<sup>12</sup>.

Ou seja, uma mancha urbana em absoluto descompasso com sua ocupação, desde as doações de terras aos ágios de terrenos vendidos em Luzimangues (nova e importante frente de expansão para além do território municipal<sup>13</sup>), sem contar a alta porcentagem de moradias em assentamentos informais, sendo a maior parte destas também limítrofes ou fora do perímetro urbano<sup>14</sup>.

Conforma-se, desse modo, um tipo de reprodução de cidade e consequentemente de seus espaços públicos que mais que repete o padrão da urbanização brasileira (especulativa e segregadora), a aprofunda, na medida em que projeto e formação da cidade não distam, são frutos de imposições político-econômicas, tendo o Estado como seu principal agente. São relações de produção e dominação sobre o espaço, de modo que este garanta esta reprodução, não apenas de capital, mas de poder. O fato de não se perceber mesclas de classes sociais no tecido urbano, estando a população de baixa renda distante geograficamente do centro dotado de infraestrutura e serviços, faz de Palmas o reflexo de seu processo histórico, tanto no que se refere ao seu projeto fundamente, quanto à gestão pública do espaço. Todo o esforço foi feito para que a realidade da cidade se adequasse ao imaginário de seus idealizadores, sejam estes empresários, técnicos, gestores ou agentes políticos.

Em face ao aprofundamento da segregação sócio-espacial destas ações, a cidade se espetaculariza e amplia seus cenários. São comuns nos últimos anos a presença, nos eixos principais da cidade, de coelhos da Páscoa, iluminação e decoração natalina ostensiva, rotatórias com flores exóticas, corredores verdes em canteiros centrais inacessíveis, mobiliário temporário e cenarizado em praias elitizadas, entre tantos outros. Tudo isso em paralelo ao crescimento das ocupações irregulares, bairros que não contam sequer com esgotamento sanitário, pavimentação ou serviços básicos, além de pontos de ônibus lotados e sem infraestrutura, pessoas tentando usar espaços sem calçamento ou travessia segura.

---

elaborado entre 2014 e 2015, pela Prefeitura de Palmas, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID, por meio da Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis, ICES.

<sup>12</sup> Sobre esses processos ver: BAZOLLI, 2011.

<sup>13</sup> Sobre a expansão em Luzimangues ver: PINTO, 2012.

<sup>14</sup> De acordo com o Plano de Regularização Fundiária Sustentável de Palmas de 2009, 26,2% das moradias encontram-se em assentamentos informais.

Essa aparente insustentabilidade entre cidade cenário (minoritária) e cidade real só foi e continua sendo possível por meio de um tipo de construção da imagem de uma sociedade harmoniosa e patriótica, que busca construir consensos e minimizar conflitos (ARANTES, 2000)

A anulação da existência dessa cidade real, de sua história, do conflito, de suas lutas, de sua divisão e contradições apresenta diversos graus e formas de violência. Das mais evidentes, como os bloqueios policiais da época da fundação da cidade que impediam a população pobre de ultrapassar os limites estabelecidos pelo plano urbanístico original e reintegrações de posse em bairros periféricos, até a inexistência de dados sobre aglomerados subnormais, por exemplo. O insistente apagamento de parte da população e suas identidades demonstra formas de violência que se somam às já relacionadas ao desenho urbano, tanto em sua gênese, como em sua institucionalização. (MAIA, SANTOS, CARVALHO, 2019), (REIS, 2011).

## 1.2 Terra de quem?

A formação de um extenso capital fundiário retido, tanto pelo estado como por grandes proprietários fundiários, se deu pela desapropriação pública e reapropriação privada, como relatam LUCINI e BESSA (2018). Para as autoras, essa relação perpassa todos os processos de apropriação da terra e reprodução do espaço urbano. O controle conferido ao Estado em associação à esses grandes proprietários fundiários revela as escolhas que materializaram uma cidade marcada por forte segregação sócio espacial.

... constata-se que há uma desigualdade urbana muito alta em Palmas, visto que o município apresenta uma renda bastante concentrada. Tal desigualdade pode ser constatada a partir do confronto entre o índice de GINI e do PIB per capita. Apesar de em 2010, o PIB per capita situar-se acima de US\$ 9.000, o índice de Gini (0,55) atesta a persistência da desigualdade distributiva (ICES, 2015:46).

Nas cidades da Região Norte do País se acentuam os problemas de irregularidade fundiária e precariedade urbana e habitacional, em parte pelo exposto acima, em parte por apresentarem nos últimos anos altas taxas de crescimento (destaca-se a implantação de multinacionais que atraem grandes contingentes populacionais e a expansão das fronteiras do agronegócio junto à flexibilização de legislação urbanística e ambiental), em parte por se tratarem de municípios de pequeno e médio porte com baixa capacidade técnica e administrativa.

Esse crescimento de boa parte das cidades tocantinenses se traduz num paradoxo, o de - ao mesmo tempo - se aproximar e se distanciar do caos das metrópoles brasileiras. Aproximam-se pela lógica do mercado imobiliário, ao impor dinâmicas calcadas na valorização fundiária, precarização e aprofundamento da segregação socioespacial; e distanciam-se por especificidades típicas de cidades novas e consideradas conceitualmente pequenas e médias. Portanto, ainda incipientes na aplicação de legislação urbanística e carentes de dados cadastrais atualizados, de

pesquisa e mesmo do corpo técnico em quantidade e capacitação suficiente para atender as demandas complexas.

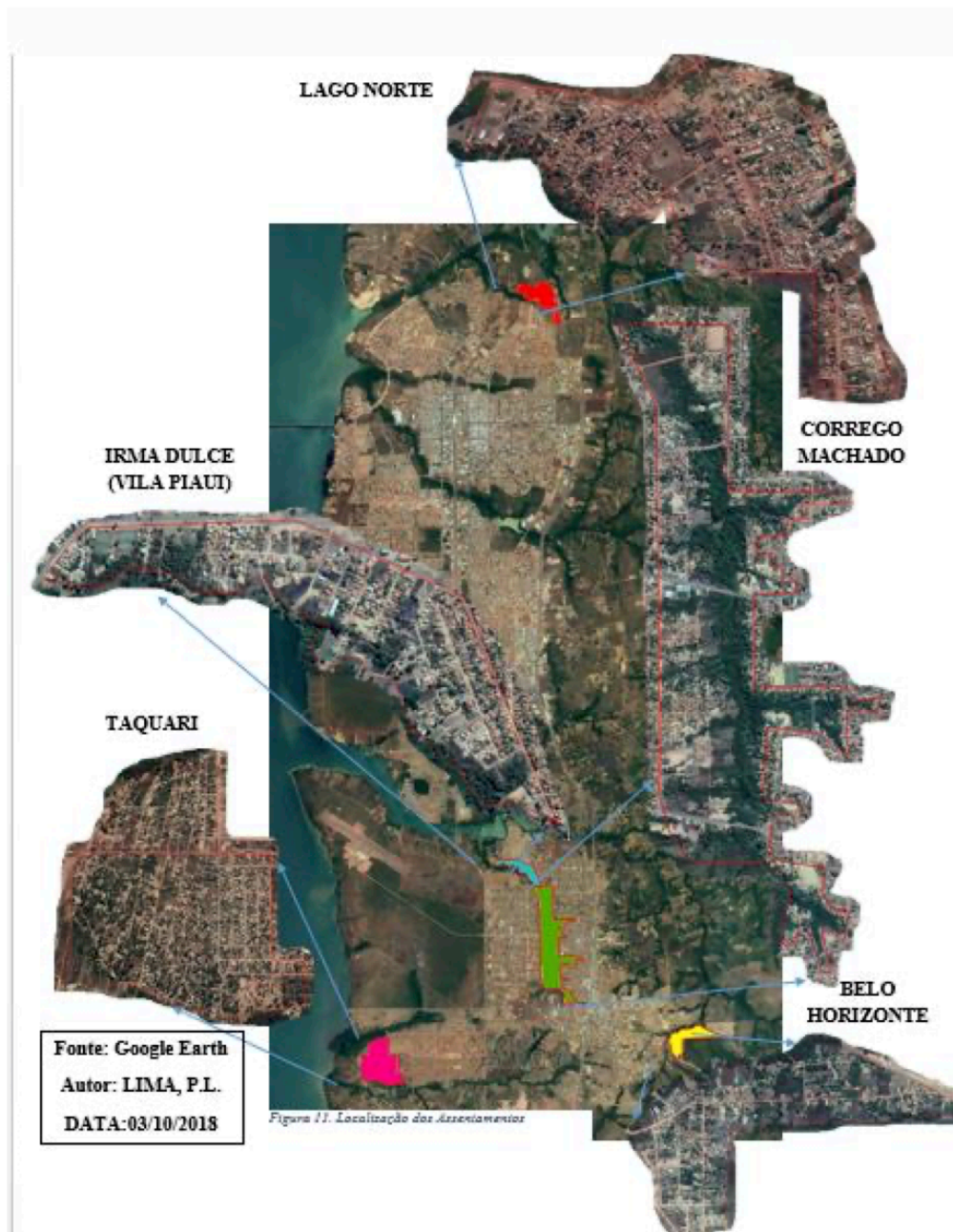
Neste contexto se encontram várias das características dos problemas fundiários existentes em todo território nacional, entre eles: a urbanização periférica e excludente; a atuação do mercado imobiliário especulativo; a valorização da propriedade privada, a segregação socioespacial da população de baixa renda entre outros. Vários estudos constatam que o acesso a terra urbanizada e a habitação digna, estão vinculados à prática da política fundiária na cidade, formulados geralmente por planos e programas, com diretrizes que garantiriam processos participativos por meio de políticas de caráter corretivo e preventivo, o que não tem acontecido, em especial nos últimos anos, após grandes alterações nas estruturas políticas e econômicas do país. Já são notáveis em campo os reflexos do desemprego e empobrecimento.

## **2 PERFIL DOS ASSENTAMENTOS**

Em 2014, tinha-se registrado que 13% da população urbana (17.625 habitantes) vivia em ocupações precárias, localizadas em áreas públicas municipais, áreas verdes e loteamentos clandestinos e neste contexto o Projeto de Extensão “PROEXT 2014 - Palmas em foco por uma cidade sustentável”, propôs iniciar um debate crítico sobre as ocupações irregulares em Palmas, com a finalidade de alertar sobre o desinteresse do poder público em mitigar esse problema. (BAZOLLI, REIS, OLIVEIRA, MAIA, 2018).

O estudo apontou, em 2014, a existência de 23 assentamentos irregulares em Palmas, destes destacaram-se cinco, Córrego Machado, Taquari, Vila Piauí, Belo Horizonte e Lago Norte, para a análise, em razão de apresentarem maior defasagem em relação aos dados e rápido crescimento. Estes seguem destacados no mapa abaixo

É muito importante destacar que, de acordo com os dados do Censo/IBGE para Aglomerados Subnormais, Palmas não aparece, fato que além de invisibilizar boa parte da população, como será demonstrado, não gera demanda oficial ao poder público por políticas públicas.



Foram realizadas 127 entrevistas com pessoas moradoras dessas áreas, de um total de 8 visitas de campo, entre os meses de agosto e novembro de 2014. Essas visitas e entrevistas foram



repetidas em 2016; e em 2019 apenas nos núcleos Belo Horizonte, Córrego Machado e Vila Piauí, onde foram aplicadas metodologias de história oral<sup>15</sup>.

Em 2014 essas áreas somavam 7.025 mil pessoas, que em comum têm média de renda entre zero e três salários mínimos e taxa de permanência na área acima de 3 anos, conforme dados especificados na Tabela 1. Outros problemas comuns, além da irregularidade fundiária, encontrados foram:

- Sem abastecimento de água regularizado em toda área, presença de poços com baixa potabilidade da água;
- Sem rede de energia regularizada, presença de “gatos”;
- Sem rede de iluminação pública em toda a área;
- Sem coleta de esgoto, com presença de fossa negra em boa parte das residências;
- Falta de equipamentos públicos;
- Residências estruturadas com materiais improvisados, como lonas e tábuas;
- Sem pavimentação asfáltica.

Tabela 1. Perfil das ocupações irregulares em 2014.

Loteamento	Córrego Machado	Taquari	Vila Piauí	Belo Horizonte	Lago Norte
Número de famílias:	399	350	130	204	500
Famílias entrevistadas	10	27	25	20	45
Número de pessoas <sup>16</sup> :	2.115	1.477	534	844	2.055
Faixa média de renda:	0 a 3 salários	0 a 3 salários	0 a 3 salários	0 a 3 salários	0 a 3 salários
Tempo médio de moradia:	3,8 anos	Início em abril de 2014	3,3 anos	4 anos	3,4 anos

Fonte: BAZOLLI, J.A., REIS, P. O., OLIVEIRA M., MAIA O, 2017.

Este recorte espacial segue até os dias atuais e a atualização destes levantamentos é mostrada aqui para os assentamentos Belo Horizonte, Córrego Machado, Lago Norte, Taquari e Vila Piauí.

## 2.1 Belo Horizonte

A ocupação irregular da região denominada Belo Horizonte, localizada na porção sul de Palmas, distante 25 quilômetros da Praça dos Girassóis, deriva da concessão de licenças de ocupação por parte do Governo Estadual para o incentivo da produção agrícola na região. Em meados de 1995, o proprietário de uma dessas licenças desmembrou uma área de 251,3119 hectares em nove lotes

<sup>15</sup> Apesar da amostragem para alguns núcleos ser bastante significativa, os dados apresentados tem caráter de análise qualitativa, com intuito de induzir ao debate e lançar hipóteses.

<sup>16</sup> Cada área teve como base o número médio de moradores obtido por meio dos questionários aplicados pelo grupo de pesquisa, o que variou entre 4 e 5 moradores por domicílio.

menores, nomeando-os de Loteamento Santa Fé. Posteriormente, no ano de 2007, o restante da área, estimada em 191,8401, foi vendida a outros dois proprietários.

Em 2014, segundo dados do grupo de pesquisa detectam uma faixa etária predominante em torno de 37 anos, naturais do Maranhão, Pará, Tocantins Em relação ao vínculo empregatício 35,00% estavam trabalhando, 65,00% não estavam trabalhando Outro detalhe importante é que 55,00% participam de algum Programa do Governo Federal ou recebe algum benefício social, sendo eles Bolsa Família.

A composição média familiar de 4,3 pessoas, dos questionários apurados detectou-se 15% com alguma espécie de deficiência; e uma relação de 15% idoso (60 ou mais)

Sobre a infraestrutura do bairro, as ruas visitadas não eram asfaltadas. Em relação ao abastecimento de água, a maioria apresenta Rede Pública (77,77%), mas também foram encontrados, 20,00% com poço ou nascente, O destino de dejetos, em sua maioria é feito por Fossa (84,44%), Sobre a iluminação em sua maioria é Rede Pública c/ relógio (95,55%),

Sobre a situação habitacional, as Áreas externas apresentaram definição de lote com área que varia entre 138 a 437,50m<sup>2</sup>, organizados em glebas

A maioria dos questionários possui divisão da área interna de morar em 4 cômodos. Sobre Material Construtivo chamou a atenção dados como 15,00% eram divididas por lona, Os revestimentos de chão batido, 15,00% e a cobertura 35,00% Fibrocimento.

De acordo com a segunda análise de campo ocorrida em 2016, visto que a primeira foi em 2014, encontrou-se no interstício semelhanças quanto a infraestrutura urbana que continua precária (figura 1), com ausência de pavimentação asfáltica, drenagem e rede de esgoto. Além da inexistência de equipamentos públicos de educação, saúde e lazer. Trata-se da menor citação de utilização de equipamentos de lazer por parte dos entrevistados comparada aos outros loteamentos onde foi realizada a pesquisa. Foram destacados pelos entrevistados dificuldades em relação ao uso do transporte coletivo, os questionários aplicados evidenciam o problema, ao apontarem este como o local onde há uma menor média de utilização do ônibus como meio de locomoção em relação aos demais. Chamou atenção o espraiamento da mancha urbana o aumento do número de domicílios, como será demonstrado.

Figura 1: Fotos do Assentamento Belo Horizonte



FONTE: ARQUIVO DO GRUPO DE PESQUISA, 2019

## 2.2 Córrego Machado

De acordo com a segunda análise de campo ocorrida em 2016, visto que a primeira foi em 2014, foram encontradas na área famílias em situação de risco e vulnerabilidade social<sup>17</sup>, uma vez que os barracos e casas lá edificadas localizam-se em encostas, dentro de buracos, dentre outras situações de risco. Há falta de infraestrutura básica, o destino dos dejetos mais comum são fossas sépticas. As ruas não possuem pavimentação e há deficiência na coleta pública de lixo no local. (Figura 2)



## 2.3 Lago Norte

Por não estar incluído no perímetro urbano de Palmas<sup>18</sup>, o Lago Norte foi considerado um assentamento irregular. Se observarmos a figura 3, nota-se a divisa entre a rua asfaltada e a rua de terra, o asfalto delimita o início do perímetro urbano da cidade. Este não apresenta vários itens de infraestrutura necessários à urbanização, tais como rede de coleta de esgoto, pavimentação asfáltica, drenagem urbana e equipamentos públicos. Por outro lado, é bastante consolidado, devido ao tempo de ocupação e quantidade de famílias. Trata-se do loteamento com maior número de entrevistados que responderam terem casa própria, o que atesta o caráter de permanência da ocupação, sendo uma das mais próximas do centro da cidade dentre as cinco estudadas.

O poder público permitiu a instalação de rede de abastecimento de água, fornecimento de energia elétrica e coleta de lixo, além de disponibilizar uma linha de transporte coletivo. É válido ressaltar que, apesar da existência desses serviços, os mesmos nem sempre são constantes ou de qualidade, de acordo com os questionários aplicados

Figura 3: Fotos do Assentamento Lago Norte

<sup>17</sup> Dado corroborado pelo relatório da Secretaria de Assistência Social do Município. SEDES, secretaria municipal de desenvolvimento social. Mapa diagnóstico socioterritorial de Palmas: Fascículo 1 – Nova Rede Socioassistencial. Palmas, 2018.

<sup>18</sup> O bairro passa agora por processo de regularização fundiária, tendo sido demarcado como Núcleo Urbano Informal, com base na nova lei federal 13.465/17.



A área conhecida como Setor Lago Norte está inserida no loteamento rural Água Fria, na região norte de Palmas, e pertence ao Estado do Tocantins. A partir do ano de 2005, chacareiros começaram o parcelamento irregular de suas chácaras e passaram a vender ilegalmente seus lotes, dando início ao processo de ocupação do Setor.

Em 2014, segundo dados do grupo de pesquisa foi detectada uma faixa etária predominante em torno de 35 anos, naturais de Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Piauí, Rio Grande do Sul, São Paulo, Tocantins. 68% não estavam trabalhando e 20% participam de algum Programa do Governo Federal ou recebe algum benefício social, sendo eles Bolsa Família, BPC, Pensionista.

A composição média familiar era 4,11 pessoas e, dos questionários apurados detectou-se 8,88% com alguma espécie de deficiência; e uma relação de 20% idoso (60 ou mais)

A maioria das famílias (66,66%) habitam a cidade há 7 anos, mas há divergências Sobre o Tempo de moradia no endereço a maioria das famílias (37,77%) moram no endereço há 1 ano, 24,44% De 1 a 3 anos, 17,77% De 3 a 5 anos, 8,88% De 5 a 7 anos, 11,11% mais de 7 anos.

Sobre a infraestrutura do bairro, as ruas visitadas não eram asfaltadas, existindo escola, um centro, posto de saúde, posto policial e CRAS, como equipamentos urbanos. A principal forma de lazer é a Praia. Em relação ao abastecimento de água, a maioria apresenta Rede Pública (77,77%), mas também foram encontrados, 20,00% com poço ou nascente, O destino de dejetos, em sua maioria é feito por Fossa (84,44%), Sobre a iluminação em sua maioria é Rede Pública c/ relógio (95,55%), Sobre a situação habitacional, as Áreas externas apresentaram definição de lote com área que varia entre 140 a 600m<sup>2</sup>, em glebas. A maioria dos questionários possui divisão da área interna de morar em 4 cômodos. A maioria das habitações apresenta vedação em Tijolo/Adobe (93,33%), As aberturas em sua maioria são Metálicas (71,11%). Havendo divergências em outros materiais.

#### 2.4 Taquari

A título de exemplo, o gráfico 1 mostra também os dados do assento Taquari, localizado a sudoeste da capital Palmas-TO, é resultado de um loteamento criado pelo ex-governador Siqueira Campos no ano de 2000, com a totalidade de 12 quadras para atender uma demanda de 5 mil famílias.

Antes da construção da capital essa área foi comprada pelo Governo Estadual, mas houve uma ação discriminatória restabelecendo a matrícula da área para antigos proprietários. Neste caso específico, o adensamento é ocasionado pela ocupação da parte oeste da quadra T-33, que em abril de 2014, recebeu cerca de 350 famílias integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), anteriormente alocadas no Setor União Sul.

De acordo com a segunda análise de campo ocorrida em 2016, visto que a primeira foi em 2014, a ocupação obedeceu a divisão dos lotes de acordo com o projeto inicial da quadra, entretanto por falta de pavimentação demarcada, algumas ruas previstas no sentido Leste-Oeste também foram ocupadas. Devido à irregularidade fundiária, os serviços de abastecimento de água e energia não foram implementados pelas empresas concessionárias, de forma que os próprios moradores improvisaram a chegada desses serviços em suas residências. O esgoto corre a céu aberto e o ponto de ônibus mais próximo fica distante. (Figura 4)





## 2.5 Vila Piauí

Localizada em uma área de vulnerabilidade ambiental (figura 5) o setor não possui cobertura asfáltica, esgotamento sanitário, ou rede pública de iluminação. Muitas famílias ultrapassam com suas moradias a área de proteção ambiental, e colocam as edificações em risco de inundação ou desabamento nas encostas. Muitas possuem como alicerce estrutural entulho de material de construção, que é depositado ilegalmente no local por diversas empresas que atuam na área central da cidade.



### 3 Desdobramentos

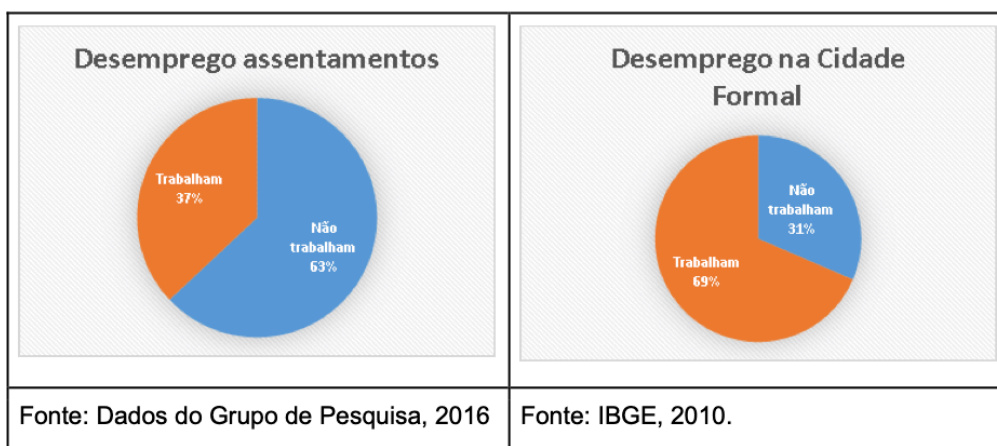
Confirmando a persistência da exclusão social nas áreas estudadas, confrontamos alguns dados do Censo do IBGE (2010). Os gráficos 1 e 2 confrontam as taxas de analfabetismo encontradas nos assentamentos com os valores encontrados como média na cidade formal. Os dados produzidos em 2019 mostram que a taxa de analfabetismos nos assentamentos fica em torno de 8 %<sup>19</sup> e nos dados do Censo em torno de 3%.

Gráfico 1: Porcentagem de Analfabetos nos Assentamentos	Gráficos 2: Porcentagem de Analfabetos em Palmas/TO
<p style="text-align: center;"><b>Analfabetismo assentamentos</b></p> 	<p style="text-align: center;"><b>Analfabetismo na Cidade Formal</b></p> 
Fonte: Dados do Grupo de Pesquisa, 2019	Fonte: IBGE, 2010.

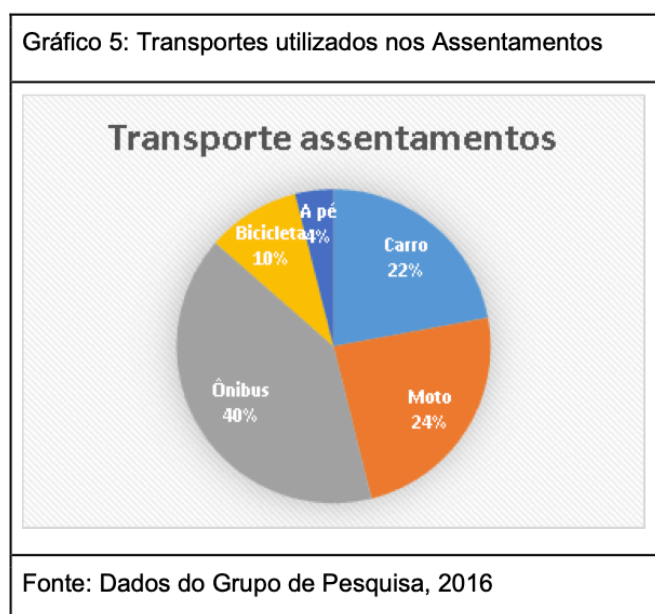
Os gráficos 3 e 4 fazem uma comparação entre os números de desempregados encontradas nos assentamentos e na cidade pelo Censo de 2010. Os dados produzidos em 2019 mostram que a taxa de trabalhadores nos assentamentos gira em torno de 63 % e nos dados do Censo em torno de 69%. Mas, aqui vale destacar que dentre os 63% que declararam trabalhar, há alta porcentagem de trabalho informal, que chega a 34% na cidade como um todo (ICES, 2015).

Gráfico 3: Porcentagem de Emprego nos Assentamentos	Gráficos 4: Porcentagem de Emprego em Palmas/TO
---	---

<sup>19</sup> Dentro do universo dos dados coletados pelos questionários aplicados.



O gráfico 5, embora não traga o comparativo revela a necessidade de vias urbanas públicas e do transporte público, posto que 40 % da população local depende de Ônibus. Nas entrevistas e questionários coletados as falas na sua maioria relatam dificuldades com transporte público e carência de infraestrutura viária.



Os meios de locomoção estão diretamente ligados a faixa de renda de uma população no quadro 1, a comparação dos dados dos assentamentos com a cidade formal relata a média de rendimentos. Quadro 1: Valores de comparação entre os Assentamentos e a cidade Formal.

	ASSENTAMENTOS	CIDADE FORMAL
Distância média a percorrer até a instituição de ensino	5.500m	1.000m
Vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio)	1,1%	31,3% (IBGE)
Faixa média de renda	0 a 3 salários	3,8 salários (IBGE)

**Fonte:** Dados do Grupo de Pesquisa, 2016 e IBGE, 2010.

### 3.1 HISTÓRIA ORAL /Preenchendo Vazios

Ao se tentar caracterizar as ocupações, com o intuito entender as variáveis que levaram as famílias a tal condição e montar estratégias de reversão do quadro de irregularidade, percebeu-se os vazios nas linhas do tempo que não eram retratados em documentos oficiais ou noticiários. Assim, a história oral foi tomada como metodologia de pesquisa para preencher lacunas e confrontar informações da mídia, a coleta oral tem a qualidade de registrar a realidade dos moradores pela ótica de quem tem propriedade de descrever os acontecimentos, os moradores que viveram os fatos e enfrentam o dia-a-dia nos assentamentos.

“A fonte oral pode acrescentar uma dimensão viva, trazendo novas perspectivas à historiografia, pois o historiador, muitas vezes, necessita de documentos variados, não apenas os escritos.” (MATOS, et al, 2011).

“[...]obtenção de fontes históricas orais, através de entrevistas com pessoas que, normalmente, não teriam condições de deixar escrito o testemunho de suas experiências ou vivências em acontecimentos importantes da vida regional ou mesmo nacional.” (CÔRREA, 1977, p. 7)

Foram confeccionadas linhas do tempo a partir de notícias de jornal, ou relatórios oficiais do poder público, a partir das quais iniciou-se o processo de coleta de história oral<sup>20</sup>.

Foram formuladas 17 questões para o guia de coleta, dispostas sistematicamente, traçando uma ordem lógica que facilita o processo de conexão e exposição dos dados pelo entrevistado. Contém instruções junto às perguntas, permitindo que os demais pesquisadores do grupo atuem como entrevistadores seguindo a mesma conduta e respeitando o tempo e as memórias do entrevistado. Este material foi preparado com o intuito de ser utilizado em todas as entrevistas, sofrendo pontuais adaptações de acordo com o assentamento. É mostrado o recorte oral para os assentamentos Belo Horizonte, Córrego Machado e Vila Piauí.

<sup>20</sup> . A primeira etapa foi identificar a estratégia a ser aplicada e o perfil do entrevistado. Optou-se pela entrevista semi dirigida, que contribui para direcionar e delimitar o volume de informações ao mesmo tempo em que possibilita que a coleta ocorra num clima semelhante ao de uma conversa informal, deixando o entrevistado mais livre e tranquilo ao relatar os fatos, e definiu-se que os entrevistados seriam os representantes das associações e moradores mais antigos da ocupação.



### 3.1.1 BELO HORIZONTE

A ocupação irregular da região denominada Belo Horizonte, localizada na porção sul de Palmas, deriva da concessão de licenças de ocupação por parte do Governo Estadual para o incentivo da produção agrícola na região. Em meados de 1995, o proprietário de uma dessas licenças desmembrou uma área de 251,3119 hectares em nove lotes menores, nomeando-os de Loteamento Santa Fé (TOCANTINS, 1995). Posteriormente, no ano de 2007, o restante da área, estimada em 191,8401, foi vendida a outros dois proprietários.

Ainda este ano serão entregues 1500 unidades habitacionais com financiamento do programa Minha Casa Minha Vida ao lado do Núcleo Belo Horizonte, o que espraia ainda mais a mancha urbana da cidade, além de todos os problemas que o adensamento trazido à área, já precária, irá acarretar. É notável que a ocupação apresentou um aumento significativo de residências, assim, a entrevista realizada além de preencher lacunas da história contribuiu para o entendimento dos fatores que geraram esse desenvolvimento no setor.

Foram realizadas entrevistas com três moradores. O líder da associação Gilson e duas moradoras antigas do bairro: O líder da associação está há 8 anos no Belo Horizonte, e realizou a primeira contagem de famílias moradoras da área em 2012. Na ocupação residiam cerca de 90 famílias sem acesso à água ou energia elétrica.

Uma das entrevistadas descreveu o início da ocupação. A moradora residia no setor Santa Fé, há alguns quilômetros do assentamento Belo Horizonte e ficou sabendo do parcelamento em 1998, 4 anos após chegar do estado do Pará. Para ela, a característica rural de chácaras foi um forte atrativo na aquisição da terra, mas o fato de poder ser proprietária, ter seu imóvel, foi o grande motivador.

O comércio ainda não se apresenta sólido, os moradores precisam ir aos outros setores, como Taquaralto, quando desejam fazer compras maiores. E quanto ao lazer, os moradores vão até a casa de vizinhos ou participam dos jogos que acontecem no campinho dentro da associação, uma opção, segundo o presidente da associação, era o córrego que passava perto e o chamado "Poção", porém o acúmulo de lixo fez com que a água diminuísse e as pessoas evitassem o lugar. Outra entrevistada disse que as vezes vem até a parte central de Palmas, como à feira, para se divertir, mas a distância e a dificuldade em ter acesso ao transporte coletivo cria uma barreira.

Hoje a ocupação conta com abastecimento de água e energia (com precariedade na iluminação pública), metade dos moradores tem coleta de esgoto e o caminhão de lixo passa 3 vezes por semana.

Pela entrevista com o presidente da associação sabe-se que em 2019 existiam no bairro aproximadamente 468 famílias e novas pessoas continuam chegando. Alguns crescimentos significativos foram notados nos anos 2015/2015 e 2018/2019, como se observa no gráfico a seguir.

O aumento de moradores pode ser associado às concessões de água e energia, e também com o período de crise e trocas de governo. Outro fator significativo foi o início da construção das casas populares que ficam ao lado da ocupação.

O aspecto rural do assentamento diminuiu, o parcelamento das charadas em lotes e a chegada de novas famílias deram uma aparência urbana, e todas essas características contribuem para a classificação de ocupação consolidada.

### **3.1.2 CÓRREGO MACHADO**

O córrego Machado corresponde à uma ocupação em área de Preservação permanente que apresenta fragilidade ambiental. Nesses locais os moradores estão passíveis às intempéries da natureza como alagamentos, erosões que geram riscos de perdas de bens e tragédias.

A origem da área de ocupação é do Governo do Estado do Tocantins, que as dividiu em chácaras e concedeu títulos ou licenças de ocupação aos interessados, que parcelaram clandestinamente transformando-a em lotes residenciais. Posteriormente o Governo do Estado retomou a área por decisão judicial e repassou a Prefeitura de Palmas, que a transformou em Unidade de Conservação, pelo Plano Diretor de 2007 e em Parque Urbano, na revisão do mesmo Plano em 2018.

Das visitas “in loco” e relatos orais foi possível entender um pouco mais sobre o histórico do assentamento, percebe-se que primeiro parcelamento, e as áreas extensas dos lotes dão uma característica rural em determinados pontos da ocupação, mais próximo ao córrego, o que entra em contraste com a parte do assentamento que se localiza lindeira a avenida, criando uma espécie tensão interna e segregação dentro da ocupação irregular.

A coleta oral foi realizada com moradores, um deles relata que chegou a área no ano de 2001 e responde pelo apelido de “Coronel”, o entrevistado falou a respeito do valor da porção de terra que comprou, afirma ter sido tão barata até mesmo para a época, que parte do valor de compra foi pago via permuta por eletrodomésticos usados.

Dentre as principais mudanças citou a poluição como item de maior preocupação. A impermeabilização do solo ao redor, e o desmatamento, ou substituição da flora local realizado por parte dos moradores, contribui para a poluição da área e a assoreamento do córrego, que hoje está sem condições de uso. Para Coronel, a principal vantagem de morar no Córrego Machado é a característica rural que o ambiente oferece, em meio a cidade.

Apesar das dificuldades apresentadas em uma ocupação irregular, muitos moradores não têm vontade de sair da área por conta das relações de vizinhança que desenvolvem na comunidade, o desejo é de que os recursos da cidade formal sejam levados até a ocupação.

### 3.1.3 VILA PIAUÍ

A Vila Piauí/Irmã Dulce 2ª etapa é um dos assentamentos com menos dados levantados sobre seu histórico em 2014, até hoje a prefeitura não possui dados oficiais. Sabia-se que no início da ocupação em 2001, havia duas denominações: Em 2002 a Prefeitura de Palmas aprovou o “macrozoneamento Urbano de Palmas” inserindo as chácaras da Irmã Dulce 2ª Etapa, caracterizando-as assim como áreas urbanas. Em 2007 este novo “Macrozoneamento Urbano de Palmas” foi aprovado, ficando caracterizada a Irmã Dulce como zona especial de Interesse social – ZEIS, porém efetivamente nada foi feito até o momento.

A área onde se concentra a ocupação da Vila Piauí, que hoje é denominada por alguns de seus moradores como Irmã Dulce 2ª Etapa, era antes uma área rural, cedida por Licenças de Ocupação e Títulos Definitivos, composta por 32 chácaras que correspondem a uma área total de 486.725,65m<sup>2</sup> delimitadas e expedidas pelo Instituto de Terras do Estado do Tocantins entre os anos de 1990 a 1995 que foram desmembradas em lotes menores e vendidas ilegalmente para ocupação de caracterização urbana à partir de 2001.

A primeira entrevista aconteceu no assentamento Vila Piauí em 2018. A coleta de versão oral foi realizada no dia 26 de abril na de 2018, registrada pelo grupo de pesquisa com o líder da associação de moradores que responde pelo de apelido de “Grande” relata-se o processo de formação. O líder da associação descreveu a chegada das primeiras famílias, os motivos que levaram aos apelidos e nomes usados no assentamento, o número e perfil dos moradores através do tempo, processo de consolidação, ressaltando o período exato e a importância da instalação de serviços como água e luz.

A transcrição da entrevista traz dados importantes sobre o assentamento. Pelo relato do líder da associação a ocupação Vila Piauí é chamada assim por conta da origem de seus primeiros ocupantes que vieram do Piauí, mas também é conhecida como Irmã Dulce 2º que é o nome como os moradores que buscam o processo de regularização preferem ser chamados, já que Intensifica o processo de regularização, pelo vínculo com o Irmã Dulce 1º etapa, assentamento em que parte dos moradores já foi reconhecido e receberam títulos

O início da ocupação citada pelo líder da associação é similar ao registrado pelo jornal do Tocantins. Ambos relatam ser há mais de 15 anos entre 2002 e 2003. Ele chegou na mesma época dos primeiros ocupantes que viviam sem água e energia.

Foram cerca de 10 anos até a instalação das redes de água e energia no assentamento. Os serviços de água e esgoto foram disponibilizados aos moradores em 2014, mas serviços de energia pública ainda eram reivindicados pela população que sofria com áreas que promoviam inseguranças durante a noite. A instauração de serviços de infraestrutura é um atestado da consolidação do assentamento que conta com aproximadamente 600 famílias.

Nos relatos foi possível comprovar o fato dos moradores tentarem se inserir na cidade formal, mas não conseguirem se manter devido ao alto custo, esse relato confirma a questão levantada pela pesquisa. Para os moradores o valor é o principal atrativo desses assentamentos que

aparecem como a única possibilidade de moradia própria. Essa informação também consta no editorial do Jornal do Tocantins e é apresentada de forma similar.

Dois anos após o início do parcelamento outros chacareiros começaram a lotear suas chácaras. A chegada de mais famílias e busca por lotes na área também contribuiu para a valorização e aumento do preço da terra. Dentro do assentamento existem partes com diferença de valor devido a localização e fragilidade ambiental apresentada pela área, compondo um processo de segregação interno.

Muitas famílias ainda estão sem energia, e umas das principais reivindicações diz respeito ao sistema viário e a insegurança gerada pelo projeto do BRT. O projeto do *Bus Rápida Transit* passava pela Vila Piauí e gerando sensação de insegurança, algumas famílias esperaram pela indenização e pausaram seus investimentos em melhorias residenciais aguardando decisões judiciais.

Alguns chacareiros tiveram suas terras parcelas por terceiros, que vendem às famílias carentes e sem acesso a moradia, com documentos falsos. Esses casos são um grande desafio para os processos de regularização. Os moradores estão cientes desses fatos e como prejudica a comunidade em processo de regularização, contribuíram com o cancelamento de um loteamento em chacara da região.

Foi constatada certa coerência entre as informações veiculadas pela mídia e relatadas pelo líder da associação que se dispôs a participar da entrevista, mas o depoimento foi uma fonte que preencheu vazios e auxiliou na conexão de partes da história que foram deixadas de lado, além de relatar a realidade enfrentada hoje pelos moradores.

### **3.2 Mapeamento**

Seguindo o recorte espacial foram mantidos os cinco assentamentos como objeto de estudo.

Foi utilizado o programa Google Earth, para cada assentamento foi levantada a quantidade de casas que havia nos diferentes anos, partindo de 2007 a 2017<sup>21</sup>.

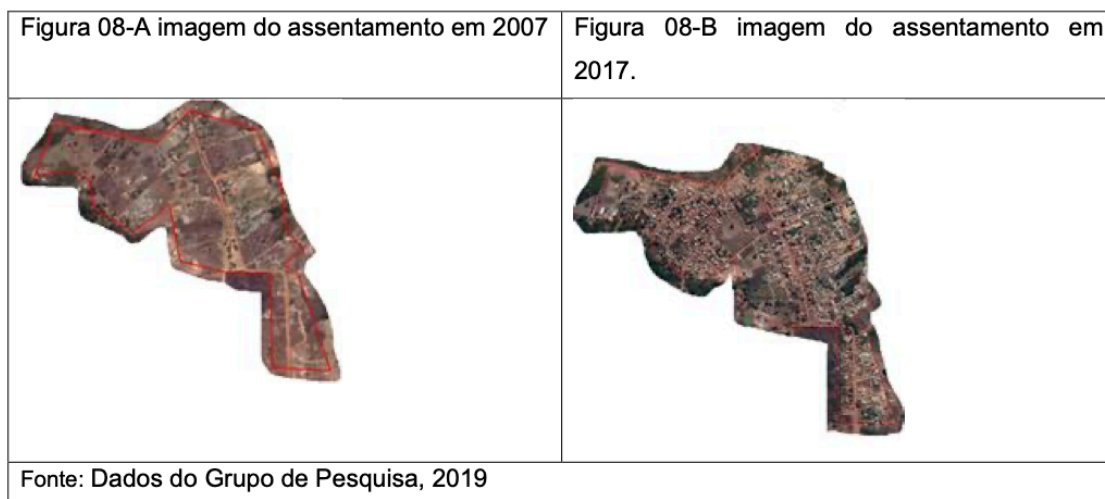
Após a contagem, foi construída uma tabela com os valores obtidos, sendo interessante ressaltar uma falha no ano de 2010, pois, não há imagens disponíveis deste ano no banco de dados do Google Earth para a cidade de Palmas. Após a construção da tabela, foi possível obter diferentes parâmetros de comparação dos assentamentos, como taxa de adensamento, taxa de crescimento, densidade habitacional e outros.

Entre os cinco assentamentos estudados, foi observado que o assentamento que possui o maior crescimento no período de dez anos foi o Lago Norte que em 2007 possuía 19 casas (figura 8 -A), e em 2017 passou a possuir 554 casas (figura 8-B). Boa parte deste crescimento se dá pela sua

---

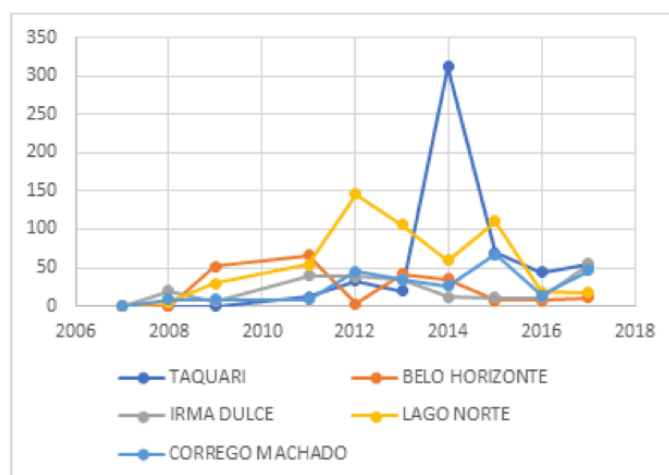
<sup>21</sup> A contagem ocorria de maneira simples, no qual o operador fazia a contagem manual das casas presentes dentro do polígono que determinava a área do assentamento. Esta contagem ocorria de maneira simultânea em dois locais distintos, para que fosse possível verificar um parâmetro de replicação dos métodos, sendo aceito o valor quando os mesmos não deferirem um desvio de 1% da média. No caso de o valor não obter os parâmetros necessários, ocorria o teste novamente, até obter um valor aceitável.

proximidade ao centro urbano, quando comparado aos demais assentamentos, além de melhores estruturas básicas em suas proximidades.



Pelas imagens retiradas ano a ano, em contagem simples, percebe-se que o aumento de habitações não ocorre de forma linear e uniforme. No gráfico 6 é possível verificar estes crescimentos desordenados.

Gráfico 06: Gráfico comparativo entre o número de novas residências.



Como podemos observar, a taxa de ingresso dos assentamentos se difere muito, o que aponta que fatores macros não são as únicas causas para a ocupação da área. O que leva a crer, que a taxa de ocupação está diretamente ligada também a fatores locais do assentamento, como possíveis

vendas de terrenos por terceiros, facilidade de ingresso, movimentos ordenados etc. Ficam em aberto ainda a exploração das hipóteses, ainda trabalhadas pelo grupo de pesquisa.

A tabela 2 mostra a densidade populacional dos assentamentos analisados. O setor Belo Horizonte que pelo índice Densidade populacional (n° de habitantes/área do assentamento) apresenta um valor de 400,29 hab/km<sup>2</sup> foi considerado o mais denso entre os 5 assentamentos.

Tabela 02. Parâmetros comparativos entre os assentamentos.

Assentamento	Área (km <sup>2</sup> )	*População 2007	*População 2017	*D. P./ 2007 (hab/km <sup>2</sup> )	*D. P./2017 (hab/km <sup>2</sup> )
Belo Horizonte	4,43	0	2172	0,00	490,29
Córrego Machado	18,18	1616	2648	88,89	145,65
Irmã Dulce	3,12	204	1112	65,38	356,41
Lago Norte	5,85	76	2256	12,99	385,64
Taquari	10,57	212	1064	20,06	100,66

\*População: levando em consideração 4 habitantes por domicílio.

\*D.P: Densidade populacional (n° de habitantes/área do assentamento)

Ainda sobre os dados da tabela 2, no Censo de 2010 (IBGE), a densidade demográfica de Palmas, era de aproximadamente 102,90 hab/km<sup>2</sup>. Percebe-se assim, que todos os assentamentos cresceram mais que a cidade formal, e se levarmos em conta a precariedade dos sistemas públicos nessas áreas, a discussão dos espaços urbanos e suas características político/sociais trazem a comprovação da exclusão do menos favorecido.

#### 4 CONCLUSÃO

O dados apresentados confirmam uma forma de manutenção dos estratos sociais capazes de habitar a cidade planejada, conseguido mediante um plano urbanístico segregador, ou depois a aplicação de dispositivos legais ou mesmo de processos de policialização e criminalização dos processos de reivindicação de habitação e de busca por direito à cidade.

Vista de uma maneira mais radical, Palmas reforça a divisão social de maneira explícita e espacial. Os desfavorecidos seguem espoliados, vencendo distâncias descomunais, tanto no trajeto casa trabalho como na pequena escala, uma vez que cruzar uma ou duas quadras desde o momento em que desce do ônibus até a porta do trabalho força trajetos superiores a um quilômetro em média. O

faz também pelo esgarçamento do rol de serviços públicos disponibilizados de forma desigual entre centro e periferia. E, por fim, se materializa na escassez de atividades culturais nas regiões distantes do centro. Os assentamentos irregulares seguem crescendo em descompasso com a cidade formal, se precarizando e atestando, como no caso de Palmas, que não se trata de problema recente, mas de uma sucessão de provisoriedades que atesta uma trajetória de exclusão na cidade planejada.

## 5 Bibliografia

1. ARANTES, Otília; MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 3ª Edição. Petrópolis, Editora Vozes, 2000.
2. BAZOLLI J.A, REIS, P. O., OLIVEIRA M., MAIA O. **Introdução**. In Resenhas sobre Palmas: Uma Cidade Sustentável. Organizadores BAZOLLI J.A, OLIVEIRA M., MAIA O. ISBN 978-85-60487-55-4. EDUFT. 62p. 219
3. BAZOLLI J.A, REIS, P. O., OLIVEIRA M., MAIA O. **Regularização fundiária e a desigualdade sócio espacial: ambivalência no ordenamento do território em Palmas-TO**. 4ª Conferência do PNUM- Morfologia Urbana e os Desafios da Urbanidade. Brasília, 25 e 26 de junho de 2015
4. BAZOLLI J. A., REIS, P. O., OLIVEIRA M., MAIA O. **Regularização fundiária e a desigualdade socioespacial: ambivalência no ordenamento do território em Palmas-TO**. In: Livro Cidades Sustentáveis Tocantins em Foco. Organizadores BAZOLLI J.A, OLIVEIRA M., MAIA O. ISBN 978-85-60487-29-5. EDUFT. 284p. Agosto/2017
5. BAZOLLI, João Aparecido. **A dialética da expansão urbana de Palmas**. Minha Cidade, São Paulo, ano 12, n. 135.06, Vitruvius, out. 2011 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/12.135/4088>>. Acessado em 04 de fevereiro de 2017.
6. BAZOLLI, J.A., REIS, P. O., OLIVEIRA M., MAIA O. **Resenhas sobre Palmas: uma cidade sustentável**. Ebook: UFT, 2018.
7. CORRÊA, Carlos H. P. **O Documento de História Oral Como Fonte Histórica**. Dissertação Pós Doutorado em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1977.

8. FEITOSA, F. F. **Índices espaciais para mensurar a segregação residencial: o caso de São José dos Campos (SP)**. INPE São José dos Campos: 2005.
9. IBGE. (2010) **Censo Demográfico brasileiro**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
10. KOWARICK, L. **Escritos Urbanos**. São Paulo: Ed. 34, 2000. 143 p.
11. LUCINI, A. C. G. C. BESSA, K. C. F. de O. **Palmas, no Tocantins, terra de quem? As desapropriações e desposseções de terras para a implantação da última capital projetada do século XX**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente (CIAMB), como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Ciências do Ambiente. Área de concentração: Natureza, Cultura e Sociedade. 230 f. Palmas, 2018.
12. MAIA, Olívia, SANTOS, Marcos, CARVALHO, Giuliano. **Palmas: a cidade planejada e a violência como método**. ANPUR, 2019.
13. MASCARÓ, Juan Luis. **Desenho Urbano e Custo de Urbanização**. Brasília:MHU/SAM, 1987.
14. MATOS, Júlia, SENNA, Adriana. **História Oral Como Fonte: Problemas e Métodos. Periódico Historia**. Universidade Federal do Rio Grande. Rio Grande do Sul. 2011.
15. MIRANDA, Bismarque Roberto de Sousa. **A Luta Pela Moradia nas Cidades Brasileiras: História da Ocupação da Quadra 1.306 Sul, em Palmas**. Monografia de graduação, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2005.
16. MORAES, Maria Lúcia. **A segregação planejada: Goiânia, Brasília e Palmas**. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2003.
17. NAKANO, K. et al. (Org.) **O planejamento do município e o território rural**. São Paulo: Instituto Pólis, 2004.
18. NUNES E. C.A., OLIVEIRA M.C.A. **(In)Salubridade das Habitações no Setor Irmã Dulce 2ª Etapa/ Vila Piauí de Palmas**. Monografia de graduação, Universidade Federal do Tocantins Palmas, 2019. 70 pg
19. OLIVEIRA, G; MORAES, E.C. **Classificação Digital do Uso e Cobertura da Terra na Amazônia com Base em Dados Orbitais ASTER**. 2003.
20. PINTO, Lúcio Milhomem Cavalcante. **Luzimangues: Processos Sociais e Política Urbana na Gênese de uma “Nova Cidade”**. (Dissertação de Mestrado). Palmas: UFT, 2012.
21. PREFEITURA DE PALMAS(2018), LEI COMPLEMENTAR Nº 400, DE 2 DE ABRIL DE 2018. **Plano Diretor Participativo do Município de Palmas-TO**. 2018
22. PREFEITURA DE PALMAS. (2007) Lei Complementar de Nº 155. **Plano diretor municipal de Palmas. Dispõe sobre a política urbana do município de Palmas**. Palmas. Dez/2007
23. REIS, Patrícia Orfila Barros dos. **Modernidades tardias no cerrado: discursos e práticas na história de Palmas-TO (1990-2010)**. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2011.



24. TOCANTINS. Certidão Negativa de Ônus. Serventia de Registro Civil. Comarca de Palmas. Livro 02, registro geral, matrícula nº 22.184. 10/071995.
25. VAINER, Carlos. **Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico**. In: ARANTES, Otília; MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. 3º Edição. Petrópolis, Editora Vozes, 2000.
26. ICES/ BID - BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO /CAIXA/ PREFEITURA DE PALMAS/ POLIS. Plano de Ação Palmas Sustentável. Iniciativa de Cidades Emergentes Sustentáveis. 2015.
27. SEDES, secretaria municipal de desenvolvimento social. Mapa diagnóstico socioterritorial de Palmas: Fascículo 1 – Nova Rede Socioassistencial. Palmas, 2018<sup>a</sup>
28. CARVALHO, Giuliano Orsi Marques de; SILVA, Giovanni Assis. O projeto e o ambiente do aluno: reflexões sobre a relação entre o projeto e o ambiente vivenciado. In: Anais do 5º Seminário Projetar – Ensino e Pesquisa em Projeto de Arquitetura. Belo Horizonte: NPGAU, UFMG, 2011.
29. BAZOLLI, João Aparecido. A dialética da expansão urbana de Palmas. Minha Cidade, São Paulo, ano 12, n. 135.06, Vitruvius, out. 2011 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/12.135/4088>>. Acessado em 04 de fevereiro de 2017.
30. REIS, Patrícia Orfila Barros dos. Modernidades tardias no cerrado: discursos e práticas na história de Palmas-TO (1990-2010). Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2011.

## REFERÊNCIAS

Sergio Antonino Bellino Roca (2020). Territórios comunales: insurgencias, desafios y derecho a la ciudad en el estado comunal venezolano. *Revista Brasileira de Direito Urbanística / RBDU 10, Edição Especial, jun. 2020.* “Desurbanizando ou Ruralizando”? Desafios para uma cidade eficiente. [X CBDU | 22-24 out. 2019]. Palmas-TO: IBDU, 2020. Doi: <https://doi.org/10.55663/RBDU.especial2020.roca>

Mateus Cavalcante de França (2020). Por um direito à cidade comunitário-participativo: a implementação de direitos fundamentais no espaço urbano pela ótica do pluralismo jurídico. *Revista Brasileira de Direito Urbanística / RBDU 10, Edição Especial, jun. 2020.* “Desurbanizando ou Ruralizando”? Desafios para uma cidade eficiente. [X CBDU | 22-24 out. 2019]. Palmas-TO: IBDU, 2020. Doi: <https://doi.org/10.55663/RBDU.especial2020.franca>

Adriana Salles Galvão Leite; Valério Medeiros (2020). Os aspectos morfológicos do direito à cidade. *Revista Brasileira de Direito Urbanística / RBDU 10, Edição Especial, jun. 2020.* “Desurbanizando ou Ruralizando”? Desafios para uma cidade eficiente. [X CBDU | 22-24 out. 2019]. Palmas-TO: IBDU, 2020. Doi: <https://doi.org/10.55663/RBDU.especial2020.leite>

Mayara Rayssa da Silva Rolim; André Cutrim Carvalho; Maurício Leal Dias; Gilberto de Miranda Rocha; André Luis Assunção de Farias (2020). Nova agenda urbana e a renaturalização fluvial na perspectiva da mudança da relação homem natureza. *Revista Brasileira de Direito Urbanística / RBDU 10, Edição Especial, jun. 2020.* “Desurbanizando ou Ruralizando”? Desafios para uma cidade eficiente. [X CBDU | 22-24 out. 2019]. Palmas-TO: IBDU, 2020. Doi: <https://doi.org/10.55663/RBDU.especial2020.farias>

Raquel Gomes Valadares (2020). A inclusão precária das mulheres no direito à cidade no Brasil. *Revista Brasileira de Direito Urbanística / RBDU 10, Edição Especial, jun. 2020.* “Desurbanizando ou Ruralizando”? Desafios para uma cidade eficiente. [X CBDU | 22-24 out. 2019]. Palmas-TO: IBDU, 2020. Doi: <https://doi.org/10.55663/RBDU.especial2020.valadares>

Hélio Jorge Regis Almeida; Bruno Soeiro Vieira; Jorge Luiz Oliveira dos Santos Kaique Campos Duarte (2020). A tragédia do desabamento do Edifício Wilton Paes de Almeida em São Paulo e o discurso criminalizante adotado pela mídia impressa nacional ao movimento social de moradia. *Revista Brasileira de Direito Urbanística / RBDU 10, Edição Especial, jun. 2020.* “Desurbanizando ou Ruralizando”? Desafios para uma cidade eficiente. [X CBDU | 22-24 out. 2019]. Palmas-TO: IBDU, 2020. Doi: <https://doi.org/10.55663/RBDU.especial2020.almeida>

Tatiana de Oliveira Sousa; João Aparecido Bazzoli; Cecília Delgado (2020). Agricultura urbana e alimentação: hortas urbanas em Palmas-TO. *Revista Brasileira de Direito Urbanística / RBDU 10, Edição Especial, jun. 2020.* “Desurbanizando ou Ruralizando”? Desafios para uma cidade eficiente. [X CBDU | 22-24 out. 2019]. Palmas-TO: IBDU, 2020. Doi: <https://doi.org/10.55663/RBDU.especial2020.oliveirasousa>

Carolina Gonçalves Mauro Terra; Clarissa Duarte de Castro Souza (2020). Cidad'elas: estudo urbano-feminista em São Vicente. *Revista Brasileira de Direito Urbanística / RBDU 10, Edição Especial, jun. 2020.* “Desurbanizando ou Ruralizando”? Desafios para uma cidade eficiente. [X CBDU | 22-24 out. 2019]. Palmas-TO: IBDU, 2020. Doi: <https://doi.org/10.55663/RBDU.especial2020.terra>

## REFERÊNCIAS

Glaucy Hellen Herdy Ferreira Gomes; Mariana Dominato Abrahão Cury (2020). Perspectiva de gênero como categoria de análise urbana: um estudo sobre a implantação da casa da mulher de Juiz de Fora. *Revista Brasileira de Direito Urbanística / RBDU 10*, Edição Especial, jun. 2020. “Desurbanizando ou Ruralizando”? Desafios para uma cidade eficiente. [X CBDU | 22-24 out. 2019]. Palmas-TO: IBDU, 2020. Doi: <https://doi.org/10.55663/RBDU.especial2020.herdy>

Matheus de Oliveira Martins; Francisco Nilton Vieira Fernandes Filho; Amélia de Farias Panet Barros (2020). Territórios de lazer LGBTQ+ na cidade de João Pessoa. *Revista Brasileira de Direito Urbanística / RBDU 10*, Edição Especial, jun. 2020. “Desurbanizando ou Ruralizando”? Desafios para uma cidade eficiente. [X CBDU | 22-24 out. 2019]. Palmas-TO: IBDU, 2020. Doi: <https://doi.org/10.55663/RBDU.especial2020.martins>

Aline da Silva Sousa; João Aparecido Bazzoli (2020). Segregação socioespacial: direito à cidade e mulheres negras. *Revista Brasileira de Direito Urbanística / RBDU 10*, Edição Especial, jun. 2020. “Desurbanizando ou Ruralizando”? Desafios para uma cidade eficiente. [X CBDU | 22-24 out. 2019]. Palmas-TO: IBDU, 2020. Doi: <https://doi.org/10.55663/RBDU.especial2020.silvasousa>

Enzo Bello; Larissa Beleza (2020). As mulheres no espaço urbano brasileiro: o direito à cidade como alternativa a um cenário de violações de direitos humanos. *Revista Brasileira de Direito Urbanística / RBDU 10*, Edição Especial, jun. 2020. “Desurbanizando ou Ruralizando”? Desafios para uma cidade eficiente. [X CBDU | 22-24 out. 2019]. Palmas-TO: IBDU, 2020. Doi: <https://doi.org/10.55663/RBDU.especial2020.bello>

Bruna Pimentel Cilento; Cássia Santos Garcia; Daniele Cordeiro Motta; Marina Zanatta Ganzarolli (2020). Criminaliza STF: o direito à cidade sem “ideologia de gênero”. *Revista Brasileira de Direito Urbanística / RBDU 10*, Edição Especial, jun. 2020. “Desurbanizando ou Ruralizando”? Desafios para uma cidade eficiente. [X CBDU | 22-24 out. 2019]. Palmas-TO: IBDU, 2020. Doi: <https://doi.org/10.55663/RBDU.especial2020.cilento>

Ana Carolina Almeida Santos Nunes; Marina Pereira (2020). A ausência das perspectivas de gênero e raça nas políticas públicas de mobilidade urbana. *Revista Brasileira de Direito Urbanística / RBDU 10*, Edição Especial, jun. 2020. “Desurbanizando ou Ruralizando”? Desafios para uma cidade eficiente. [X CBDU | 22-24 out. 2019]. Palmas-TO: IBDU, 2020. Doi: <https://doi.org/10.55663/RBDU.especial2020.nunes>

Angellina Mayer Mengue Morales; Samuel Martins dos Santos (2020). Gestão democrática da política urbana e cultura política não-democrática: uma análise da aprovação do plano diretor de Florianópolis (2006-2009). *Revista Brasileira de Direito Urbanística / RBDU 10*, Edição Especial, jun. 2020. “Desurbanizando ou Ruralizando”? Desafios para uma cidade eficiente. [X CBDU | 22-24 out. 2019]. Palmas-TO: IBDU, 2020. Doi: <https://doi.org/10.55663/RBDU.especial2020.morales>

Sandra Batista Medeiros; Luciana Márcia Gonçalves; Luzia Cristina Antoniossi Monteiro; Filipe Augusto Portes (2020). Os efeitos da extinção do ministério das cidades sobre a política urbana no Brasil. *Revista Brasileira de Direito Urbanística / RBDU 10*, Edição Especial, jun. 2020. “Desurbanizando ou Ruralizando”? Desafios para uma cidade eficiente. [X CBDU | 22-24 out. 2019]. Palmas-TO: IBDU, 2020. Doi: <https://doi.org/10.55663/RBDU.especial2020.medeiros>

## REFERÊNCIAS

Nyemar Alves Rocha (2020). Ocupação efêmera: o uso de vazios urbanos por meio da arquitetura efêmera. *Revista Brasileira de Direito Urbanística / RBDU 10*, Edição Especial, jun. 2020. “Desurbanizando ou Ruralizando”? Desafios para uma cidade eficiente. [X CBDU | 22-24 out. 2019]. Palmas-TO: IBDU, 2020. Doi: <https://doi.org/10.55663/RBDU.especial2020.rocha>

Raíssa Sousa e Silva; Lucimara Albieri de Oliveira (2020). Estudo das alterações do perímetro urbano em uma cidade de baixa densidade: o caso de Palmas/TO. *Revista Brasileira de Direito Urbanística / RBDU 10*, Edição Especial, jun. 2020. “Desurbanizando ou Ruralizando”? Desafios para uma cidade eficiente. [X CBDU | 22-24 out. 2019]. Palmas-TO: IBDU, 2020. Doi: <https://doi.org/10.55663/RBDU.especial2020.silva>

Letícia de Paula Souza (2020). Dispersão urbana e a nova configuração das cidades médias brasileiras: o caso de Uberlândia/MG. *Revista Brasileira de Direito Urbanística / RBDU 10*, Edição Especial, jun. 2020. “Desurbanizando ou Ruralizando”? Desafios para uma cidade eficiente. [X CBDU | 22-24 out. 2019]. Palmas-TO: IBDU, 2020. Doi: <https://doi.org/10.55663/RBDU.especial2020.souza>

Paula Duque Rangel (2020). Efetivação do direito à moradia como forma de cumprimento da função social da propriedade. *Revista Brasileira de Direito Urbanística / RBDU 10*, Edição Especial, jun. 2020. “Desurbanizando ou Ruralizando”? Desafios para uma cidade eficiente. [X CBDU | 22-24 out. 2019]. Palmas-TO: IBDU, 2020. Doi: <https://doi.org/10.55663/RBDU.especial2020.rangel>

Gabriela Leite de Moura (2020). Resiliência urbana: o caso de uma ocupação vertical no centro da cidade de São Paulo. *Revista Brasileira de Direito Urbanística / RBDU 10*, Edição Especial, jun. 2020. “Desurbanizando ou Ruralizando”? Desafios para uma cidade eficiente. [X CBDU | 22-24 out. 2019]. Palmas-TO: IBDU, 2020. Doi: <https://doi.org/10.55663/RBDU.especial2020.moura>